



**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ESTADO DE RONDÔNIA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO PÚBLICA**

**ANALYSIS OF INCLUSIVE EDUCATION PUBLIC POLICIES IN
THE STATE OF RONDÔNIA: CHALLENGES AND
PERSPECTIVES FOR PUBLIC ADMINISTRATION**

**ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCACIÓN
INCLUSIVA EN EL ESTADO DE RONDÔNIA: DESAFÍOS Y
PERSPECTIVAS PARA LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA**

Érica Serrano Costa Dalapicolla¹
Lívia Maria da Silva Santos²

DOI: 10.54751/revistafoco.v17n3-127

Received: February 23rd, 2024

Accepted: March 15th, 2024



RESUMO

A Educação Inclusiva representa um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas na atualidade, abrangendo não apenas a pessoa com deficiência, mas também a família, a escola e a sociedade. Com ênfase nas políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, este estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas de educação inclusiva no Estado de Rondônia, destacando os desafios enfrentados pela gestão pública e perspectivas para sua efetivação. A intenção é identificar lacunas e oportunidades na implementação dessas políticas, visando contribuir para o aprimoramento da atuação do poder público nesse contexto. Para atingir esse propósito, foi realizada uma abordagem de cunho bibliográfico, a partir de artigos científicos, livros e documentos oficiais relacionados às políticas públicas de educação inclusiva no Estado de Rondônia. A pesquisa contribuiu para identificar implicações políticas e pedagógicas no processo inclusivo. Constatou-se que a constante busca pela inclusão bem-sucedida nas escolas exige a colaboração de todos os envolvidos, a promoção de novos métodos de ensino, a avaliação contínua e a comunicação eficaz entre a escola e as famílias. Dessa forma, a inclusão é entendida como um processo em constante evolução que demanda esforços conjuntos para garantir um ambiente escolar inclusivo e acolhedor para todos os alunos.

Palavras-chave: Políticas públicas; gestão pública; educação inclusiva; Rondônia.

¹ Graduanda em Gestão Pública. Instituto Federal de Rondônia - campus Porto Velho. Zona Norte, Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor, Industrial, Porto Velho - RO. E-mail: kayraerica@gmail.com

² Doutora em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (PPGCC - UFPB). Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Campus, BR 364, KM 9,5, Porto Velho - RO. E-mail: livia.marias@hotmail.com

ABSTRACT

Inclusive education represents one of the greatest challenges faced by schools today, encompassing not only people with disabilities but also families, schools, and society. With an emphasis on public policies aimed at inclusive education, this study aims to analyze inclusive education public policies in the State of Rondônia, highlighting the challenges faced by public administration and perspectives for their effectiveness. The intention is to identify gaps and opportunities in the implementation of these policies, aiming to contribute to the improvement of the public sector's performance in this context. To achieve this purpose, a bibliographic approach was undertaken, based on scientific articles, books, and official documents related to inclusive education public policies in the State of Rondônia. The research helped identify political and pedagogical implications in the inclusive process. It was found that the constant pursuit of successful inclusion in schools requires the collaboration of all involved, the promotion of new teaching methods, continuous assessment, and effective communication between the school and families. Thus, inclusion is understood as a constantly evolving process that demands joint efforts to ensure an inclusive and welcoming school environment for all students.

Keywords: Public policies; public administration; inclusive education; Rondônia.

RESUMEN

La educación inclusiva representa uno de los mayores desafíos que enfrentan las escuelas hoy en día, abarcando no solo a personas con discapacidades, sino también a familias, escuelas y sociedad. Con énfasis en las políticas públicas dirigidas a la educación inclusiva, este estudio tiene como objetivo analizar las políticas públicas de educación inclusiva en el Estado de Rondônia, destacando los desafíos enfrentados por la administración pública y las perspectivas para su efectividad. La intención es identificar brechas y oportunidades en la implementación de estas políticas, con el objetivo de contribuir a la mejora del desempeño del sector público en este contexto. Para lograr este propósito, se realizó un enfoque bibliográfico, basado en artículos científicos, libros y documentos oficiales relacionados con las políticas públicas de educación inclusiva en el Estado de Rondônia. La investigación ayudó a identificar implicaciones políticas y pedagógicas en el proceso inclusivo. Se encontró que la búsqueda constante de una inclusión exitosa en las escuelas requiere la colaboración de todos los involucrados, la promoción de nuevos métodos de enseñanza, evaluación continua y comunicación efectiva entre la escuela y las familias. Así, la inclusión se entiende como un proceso en constante evolución que demanda esfuerzos conjuntos para garantizar un ambiente escolar inclusivo y acogedor para todos los estudiantes.

Palabras clave: Políticas públicas; administración pública; educación inclusiva; Rondônia.

1. Introdução

A inclusão educacional é um tema de importância na contemporaneidade, pois reflete a busca por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos os indivíduos passam a ter acesso à educação de qualidade, independentemente de suas diferenças e necessidades (SANTOS; PACCINI, 2014).

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida de forma inclusiva e democrática. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece que a educação inclusiva deve ser uma prática comum em todas as escolas, garantindo o acesso e a permanência de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais (BRASIL, 1989).

Correa, Barbosa e Oliveira (2020) destacam que a inclusão escolar traz consigo o fundamento filosófico e organizacional da matrícula e escolarização de todos os alunos, sem discriminação de condição física, biopsicossocial, étnica, credo, gênero ou outras formas de exclusão. Nesse sentido, as políticas públicas de educação inclusiva têm o propósito de garantir a oferta de escolarização para todos, pautando-se no princípio da diversidade e na observação das necessidades específicas dos grupos considerados como minoritários.

No contexto do Estado de Rondônia, a implementação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva assume um papel fundamental na promoção da equidade e no enfrentamento das desigualdades educacionais. No entanto, a implementação da educação inclusiva nesse Estado ainda enfrenta desafios significativos. Mantoan (2003) afirma que a falta de estrutura física e organizacional adequada nas escolas, a carência de formação dos professores para lidar com a diversidade e a falta de recursos financeiros são alguns dos obstáculos que precisam ser superados para garantir a inclusão escolar. Correa, Barbosa e Oliveira (2020) ainda apontam que a política do Estado de Rondônia reproduz a política nacional de forma estática, sem demonstrar atender efetivamente a realidade e as necessidades dos atores envolvidos. Essa constatação evidencia a importância de compreender as políticas públicas de educação inclusiva em Rondônia, a fim de identificar os desafios e as perspectivas para a gestão pública nesse contexto específico.

Neste sentido, essa pesquisa tem como objetivo analisar as políticas públicas de educação inclusiva no Estado de Rondônia, destacando os desafios enfrentados pela gestão pública e perspectivas para sua efetivação.

As políticas públicas voltadas para a educação inclusiva são fundamentais

para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas e estratégias para a promoção da educação inclusiva em todo o país, incluindo a formação de professores, a adaptação das escolas e a oferta de recursos pedagógicos adequados (BRASIL, 1989; BRASIL, 1990).

A efetivação desse direito demanda a implementação de políticas públicas que considerem as particularidades locais e as necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Compreender, portanto, os desafios enfrentados e as perspectivas existentes para a gestão pública no contexto da educação inclusiva em Rondônia é fundamental para identificar lacunas, propor melhorias e promover uma atuação mais efetiva por parte do poder público. Conforme Aimi (2012), a análise das políticas públicas educacionais para a educação especial permite avaliar a efetividade das ações implementadas, identificar problemas na formação docente, nas estruturas escolares e nos recursos disponíveis, além de apontar caminhos para aprimorar a inclusão e garantir uma educação de qualidade para todos.

Sendo assim, é fundamental analisar as políticas públicas em vigor, identificando seus avanços, desafios e perspectivas para a gestão pública, conforme afirma o Plano Estadual de Educação de Rondônia 2014/2024 - PEE/RO (2015). Busca-se, com a presente pesquisa, subsidiar a gestão pública na promoção de uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

2. Metodologia

O presente estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de dados provenientes de artigos científicos, livros e documentos oficiais relacionados às políticas públicas de educação inclusiva do Estado de Rondônia. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que se baseia em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A escolha por uma pesquisa bibliográfica se justifica pela necessidade de analisar e compreender criticamente o arcabouço teórico e normativo que embasa as políticas públicas de educação inclusiva, bem como

as discussões e perspectivas apresentadas na literatura especializada.

Como afirmam Chiara et al., (2008) na pesquisa bibliográfica, o objetivo é adquirir conhecimento disponível sobre teorias para analisar, produzir ou explicar um objeto investigado. Essa abordagem visa examinar as principais teorias de um tema e pode ter várias finalidades.

O levantamento bibliográfico foi feito em bases de dados acadêmicas, tais como *SciELO*, *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*, utilizando-se de palavras-chave relacionadas ao tema, tais como "políticas públicas", "educação inclusiva", "Rondônia", entre outras. A seleção dos materiais foi pautada na relevância, atualidade e pertinência em relação ao objetivo da pesquisa.

Por meio dessa metodologia, busca-se contribuir para uma análise aprofundada das políticas públicas de educação inclusiva no contexto específico de Rondônia, oferecendo subsídios para a compreensão dos desafios e perspectivas para a gestão pública nessa área.

3. Fundamentação Teórica

3.1 Educação Inclusiva: Conceitos e Fundamentos

A educação inclusiva é um conceito que tem ganhado cada vez mais destaque na sociedade atual. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2009), a educação inclusiva é um processo que busca atender às necessidades de todos os estudantes, com especial atenção aos mais vulneráveis, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

De acordo com Mantoan (2003), a educação inclusiva é um processo que visa transformar a escola em um espaço acolhedor e democrático, valorizando a diversidade e respeitando as diferenças individuais. Nesse sentido, a educação inclusiva se baseia em princípios e fundamentos que buscam assegurar o direito à educação de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais.

Entre os princípios e fundamentos da educação inclusiva, destacam-se a valorização da diversidade, a promoção da equidade, a participação ativa dos estudantes e a colaboração entre todos os envolvidos no processo educacional (UNESCO, 2009). Além disso, a educação inclusiva se fundamenta em uma

perspectiva de direitos humanos, reconhecendo a importância da igualdade de oportunidades e do respeito à dignidade humana.

A evolução histórica da educação inclusiva no Brasil e no contexto internacional tem sido marcada por avanços significativos, mas também por desafios e resistências (KASSAR, 2019). Mazzotta (2001) relata que a luta pela inclusão educacional teve início na década de 1970, com a criação de movimentos sociais que buscavam garantir o acesso à educação para pessoas com deficiência. A partir daí, foram criadas leis e políticas públicas que visavam promover a inclusão educacional, como a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

No contexto internacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006, reforçou o compromisso dos países com a promoção da inclusão escolar e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência (MACKAY, 2006). Segundo a UNESCO (2009), a educação inclusiva é um processo em constante evolução, exigindo a participação ativa de todos os atores envolvidos no sistema educacional.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foram marcos importantes na luta pela inclusão educacional. Silva e Aranha (2005) afirmam que essas leis estabeleceram o direito à educação para todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, e garantiram a oferta de atendimento educacional especializado para aqueles que necessitam. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024 estabeleceu metas e estratégias para a promoção da educação inclusiva em todo o país.

Em resumo, a educação inclusiva é um processo que busca garantir o direito à educação de todos os estudantes, valorizando a diversidade e respeitando as diferenças individuais. Essa perspectiva se baseia em princípios e fundamentos que buscam promover a equidade, a participação ativa dos estudantes e a colaboração entre todos os envolvidos no processo educacional. A evolução histórica da educação inclusiva tem sido marcada por avanços significativos, mas também por desafios e resistências, exigindo a continuidade

da luta por uma educação de qualidade para todos.

3.2 Políticas Públicas de Educação Inclusiva

A legislação brasileira sobre educação inclusiva é fundamentada em diversos documentos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e o Plano Nacional de Educação (PNE). A legislação brasileira desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva. Conforme o art. 5º da Constituição Federal de 1988: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (BRASIL, 1988).

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelece que a educação inclusiva é um direito de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais (BRASIL, 1996). Para efetivar esse direito, o governo brasileiro tem implementado políticas e programas voltados para a inclusão educacional. Um exemplo é o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que tem como objetivo promover a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino (BRASIL, 2008).

No entanto, a implementação de políticas de educação inclusiva ainda enfrenta desafios. De acordo com Ferreira e Santos (2018) e Camargo (2021), um dos principais obstáculos é a formação de professores para atuar na educação inclusiva, uma vez que muitos docentes não se sentem preparados para lidar com a diversidade de alunos em sala de aula. Além disso, a falta de recursos e infraestrutura adequados nas escolas também é um desafio para a inclusão educacional (SILVA, 2017). Pereira et al. (2022) destacam que a inclusão escolar é um processo complexo que envolve mudanças culturais, pedagógicas, e estruturais, exigindo a participação de toda a comunidade escolar.

Apesar dos desafios, é possível destacar avanços na implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil. Segundo dados do Censo Escolar de 2019, o número de matrículas de alunos com deficiência na educação básica cresceu 33,2% nos últimos cinco anos, demonstrando uma maior inclusão

desses alunos nas escolas regulares (INEP, 2019). Em suma, o Brasil tem implementado políticas e programas governamentais voltados para a inclusão educacional, como o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. No entanto, a efetivação da educação inclusiva enfrenta desafios que requerem esforços contínuos para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes

3.3 Educação Inclusiva em Rondônia

O Estado de Rondônia tem avançado na implementação da Educação Inclusiva, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BEZERRA, 2021). Segundo Glat (2003), a educação inclusiva em Rondônia é regida por políticas públicas baseadas em legislação específica, como a Instrução Normativa 003 e 006 GAB/SEDUC/98, e norteadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial, pela Constituição Federal e pela Declaração de Salamanca. O estado conta com um órgão, o Projeto de Educação Especial, responsável por coordenar as ações de inclusão educacional. Segundo dados do Censo Escolar de 2020, o estado matriculou 7.947 estudantes público-alvo da Educação Especial em escolas regulares (INEP, 2020).

Entre as iniciativas e programas específicos voltados para a inclusão educacional em Rondônia, destaca-se o Programa de Educação Inclusiva (PEI), que tem como objetivo promover a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. O programa oferece formação continuada para professores e gestores escolares, além de recursos pedagógicos e tecnológicos para atender às necessidades dos estudantes (BRASIL, 2008).

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais também é um programa de inclusão educacional, visando apoiar as redes públicas de ensino na organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas políticas preveem a oferta do atendimento educacional especializado, a formação de professores para o atendimento

educacional especializado, e a transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior (RONDÔNIA, 2015).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) é reconhecido por sua dedicação à educação inclusiva, desempenhando um papel essencial na formação e inserção no mercado de trabalho de estudantes com deficiência. Sua presença na região tem sido fundamental para promover uma sociedade mais igualitária, oferecendo não apenas educação de qualidade, mas também conscientizando sobre a importância da diversidade no ambiente educacional.

A atuação do IFRO reflete a implementação eficaz de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva na região. Criado pela Lei nº. 11.892/2008, o IFRO desempenha um papel multifacetado na oferta de educação profissional e tecnológica, abrangendo desde a educação básica até o ensino superior. Com 10 campi e mais de 20 polos de Educação à Distância em todo o estado, a instituição amplia o alcance da educação inclusiva, desenvolvendo ações e estratégias para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos e facilitar sua formação e inserção no mercado de trabalho.

Outra iniciativa importante é o Projeto de Acessibilidade e Inclusão na Educação (PAIE), que visa garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência nas escolas regulares. O projeto oferece recursos de acessibilidade, como intérpretes de Libras, materiais adaptados e tecnologias assistivas (BRASIL; MEC, 2008).

Apesar dos avanços, a Educação Inclusiva em Rondônia ainda enfrenta desafios. Um deles é a falta de formação adequada para os professores atuarem com estudantes com deficiência. Além disso, há a necessidade de ampliar o acesso a recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, bem como de promover a sensibilização da comunidade escolar para a importância da inclusão educacional (SOUTO, 2014).

Em suma, a Educação Inclusiva em Rondônia tem avançado, mas ainda há muito a ser feito para garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes nas escolas regulares, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

3.4 Formação de Professores para a Educação Inclusiva

A formação de professores é um aspecto fundamental para a promoção da educação inclusiva, uma vez que os docentes são responsáveis por garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades educacionais (CORREA; BARBOSA; OLIVEIRA, 2020). Nesse sentido, é importante que a formação inicial e continuada dos professores contemple conhecimentos teóricos e práticos sobre a educação inclusiva, bem como estratégias pedagógicas e recursos didáticos que possibilitem a adaptação do ensino às diferentes necessidades dos alunos (OLIVEIRA, FONSECA; REIS, 2018).

Em Rondônia, existem iniciativas e programas de formação de professores voltados para a educação inclusiva, como o Programa de Formação Continuada em Educação Especial e Inclusiva, que tem como objetivo capacitar os professores para atuarem em salas de recursos multifuncionais e no atendimento educacional especializado (CORREA; BARBOSA; OLIVEIRA, 2020). Além disso, a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) de Rondônia oferece cursos de formação continuada para professores da rede estadual de ensino, com o intuito de promover a inclusão escolar e a valorização da diversidade (GÓES; LAPLANE, 2013).

Além disso, algumas instituições como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) têm implementado políticas e ações voltadas para a formação de professores para a Educação Inclusiva, visando preparar os docentes para atuarem de forma eficaz e inclusiva com alunos com necessidades educacionais especiais. Algumas das políticas do IFRO nesse sentido incluem: Capacitação de Servidores, por meio de cursos e treinamentos específicos em "Educação Inclusiva e o Atendimento Especializado". Essa iniciativa visa preparar os professores e demais profissionais da instituição para lidar com a diversidade de alunos e promover práticas pedagógicas inclusivas. Investimento em Tecnologias Assistivas: O IFRO tem investido na aquisição de tecnologias assistivas para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência.

Essas tecnologias permitem que os estudantes com necessidades

especiais adquiram autonomia e independência para realizar atividades escolares e extracurriculares, contribuindo para sua inclusão efetiva no ambiente educacional. Promoção de uma Cultura Educacional Inclusiva: O IFRO busca promover uma cultura educativa que reconheça a importância da diversidade e pluralidade dos sujeitos, buscando a quebra das barreiras sociais, atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais.

No entanto, ainda existem desafios e necessidades na formação de professores para atuação em contextos inclusivos. Um dos principais desafios é a falta de preparo dos docentes para lidar com a diversidade presente em suas salas de aula, o que pode resultar em práticas pedagógicas excludentes e na reprodução de estereótipos e preconceitos (MANZINI; OLIVEIRA; GERMANO, 2018). Além disso, é necessário que a formação de professores contemple não apenas aspectos teóricos, mas também práticos, que possibilitem aos docentes a vivência de situações reais de ensino e aprendizagem inclusivos (GÓES; LAPLANE, 2013).

Diante desses desafios, é importante que as políticas públicas de formação de professores para a educação inclusiva sejam ampliadas e fortalecidas, contemplando não apenas a formação inicial, mas também a formação continuada e a valorização dos profissionais que atuam nessa área (NASCIMENTO, 2013). Além disso, é fundamental que a formação de professores seja pautada em uma perspectiva crítica e reflexiva, que possibilite aos docentes a compreensão das desigualdades presentes na sociedade e a adoção de práticas pedagógicas que promovam a justiça social e a equidade educacional.

3.5 Papel da Gestão Pública na Educação Inclusiva

A gestão pública tem um papel fundamental na promoção da Educação Inclusiva, sendo responsável por garantir a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todas as crianças, independentemente de suas necessidades específicas. Para isso, é necessário que a gestão pública aloque recursos adequados para a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão escolar (MUNIZ; ARRUDA, 2007).

Além disso, a gestão pública deve investir na formação de professores,

para que estes estejam preparados para compreender os diversos processos de aprendizagem e possam utilizar estratégias e metodologias de ensino necessárias à efetivação dos processos de aprendizagem inclusivos (PLETSCH, 2009).

Outro aspecto importante é a acessibilidade e a estrutura das escolas, que devem ser adequadas para receber alunos com necessidades específicas. Para isso, é necessário que a gestão pública invista na adaptação das escolas, garantindo a acessibilidade física e tecnológica, bem como a disponibilidade de recursos materiais e humanos necessários para a inclusão escolar (NASCIMENTO, 2009).

Além disso, a gestão pública deve promover a articulação entre as diferentes áreas envolvidas na inclusão escolar, como autoridades escolares, serviços de apoio escolar, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, terapeutas físicos, entre outros, para garantir um sistema de apoio efetivo aos alunos com necessidades específicas (MUNIZ; ARRUDA, 2007).

Portanto, a gestão pública tem um papel fundamental na promoção da Educação Inclusiva, sendo responsável por garantir a alocação de recursos adequados, a formação de professores, a acessibilidade e a estrutura das escolas, bem como a articulação entre as diferentes áreas envolvidas na inclusão escolar. Somente assim será possível garantir a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todas as crianças.

3.6 Impacto da Educação Inclusiva na Sociedade

A Educação Inclusiva desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, impactando diversos aspectos sociais, econômicos e culturais. De acordo com Sasaki (2005), a inclusão vai além da simples integração de pessoas com deficiência na sociedade, sendo um processo que requer a modificação da própria estrutura social para permitir que todos possam desenvolver seu potencial e exercer a cidadania. Nesse contexto, a Educação Inclusiva desempenha um papel crucial ao promover a igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Santos (1997) ressalta que a inclusão educacional é parte de um movimento mais amplo de transição entre paradigmas sociais, políticos e culturais, exigindo uma reinvenção do futuro e a abertura de novos horizontes de possibilidades. Ao acolher a diversidade e valorizar as diferenças, a Educação Inclusiva contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No âmbito econômico, a Educação Inclusiva também desempenha um papel relevante. Segundo Torres (2001), a exclusão educacional resulta em prejuízos econômicos significativos para a sociedade, uma vez que priva muitas pessoas do acesso à educação e, conseqüentemente, do desenvolvimento de suas habilidades e potencial produtivo. Por outro lado, a inclusão educacional amplia o acesso ao conhecimento e capacitação, contribuindo para o crescimento econômico e a redução das desigualdades.

Portanto, a Educação Inclusiva impacta positivamente a sociedade ao promover a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento econômico e a valorização da diversidade cultural. A implementação de práticas inclusivas não apenas beneficia os alunos com necessidades especiais, mas também fortalece os alicerces de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

4. Considerações Finais

A pesquisa bibliográfica realizada sobre políticas públicas de educação inclusiva, especialmente no contexto de Rondônia, revelou importantes teorias e conceitos. De acordo com Zan (2015), as escolas inclusivas são aquelas que reconhecem e atendem às diferenças individuais, garantindo o pleno desenvolvimento de todas as crianças, independentemente de suas necessidades específicas. Além disso, Comerlato (2013) ressalta que a implementação efetiva das políticas de inclusão requer não apenas diretrizes claras, mas também medidas concretas que envolvam não apenas o âmbito acadêmico, mas toda a sociedade.

No estado de Rondônia, a eficácia das políticas públicas existentes em promover a inclusão educacional de forma efetiva tem sido um desafio. Kassar (2009) destaca que as garantias e condições indispensáveis para que os educandos com necessidades especiais possam manter-se na escola e aprender nem sempre são asseguradas. A falta de infraestrutura adequada, a

necessidade de uma formação mais especializada para os professores e as dificuldades de acesso dos alunos com deficiência são alguns dos obstáculos enfrentados na implementação dessas políticas.

Instituições como o IFRO têm adotado medidas concretas para atender às demandas de inclusão, como a criação de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEs) em suas unidades. Esses núcleos têm como objetivo promover ações que visam à inclusão e ao atendimento especializado dos estudantes com deficiência, contribuindo para a construção de uma cultura educativa que reconheça a importância da diversidade e pluralidade dos sujeitos. Além disso, o IFRO tem se empenhado em manter-se atualizado e divulgar as diretrizes, princípios e metas da educação especial na perspectiva inclusiva, conforme estabelecido pelo Ministério da Educação. A instituição tem buscado promover ações integradas que visam à formação para o trabalho e à transmissão de saberes e valores de forma inclusiva e constitucional.

Através de ações como a Resolução 62/2019, o IFRO tem institucionalizado práticas de educação especial na perspectiva inclusiva em suas unidades, buscando atender às crescentes demandas de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. A instituição tem se dedicado não apenas a oferecer atendimento específico, como intérpretes de Libras, por exemplo, mas também a promover uma cultura educativa que valorize a diversidade e busque a quebra de barreiras sociais, atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais.

No que diz respeito à eficácia das políticas públicas existentes em Rondônia para promover a inclusão educacional, a análise aponta para avanços significativos, como o aumento da oferta de atendimento aos alunos com deficiência e a melhoria na convivência com a diversidade por parte de alunos e professores. No entanto, ainda há desafios a serem superados para garantir uma inclusão efetiva, como a necessidade de melhorias na infraestrutura das escolas, a implementação de uma formação docente mais adequada às necessidades da educação inclusiva e o aprimoramento do acesso dos alunos com deficiência a recursos e adaptações necessárias.

Através de suas políticas e práticas inclusivas, o IFRO demonstra um compromisso efetivo com a promoção da igualdade de oportunidades na educação, capacitando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo de forma plena e autônoma. A atuação do IFRO reflete a importância da educação inclusiva como um pilar fundamental para o desenvolvimento social e humano em Rondônia, inspirando outras instituições e gestores a seguirem o mesmo caminho em prol de uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível a todos.

Os desafios enfrentados na implementação e execução das políticas de educação inclusiva em Rondônia incluem questões relacionadas à falta de recursos financeiros, à resistência de alguns profissionais da educação em adotar práticas inclusivas, à carência de formação continuada e especializada para os docentes, e à necessidade de adaptações estruturais nas escolas para atender às demandas dos alunos com deficiência.

Para as perspectivas futuras da gestão pública na área de educação inclusiva em Rondônia, sugere-se a implementação de políticas mais efetivas e abrangentes, com investimento em formação continuada para os professores, adequação da infraestrutura escolar, ampliação do acesso dos alunos com deficiência a recursos e tecnologias assistivas, e fortalecimento da parceria entre órgãos governamentais, instituições de ensino e a comunidade em geral.

Além disso, é fundamental promover uma cultura inclusiva nas escolas, que valorize a diversidade e garanta o pleno desenvolvimento de todos os estudantes. Culturalmente, a Educação Inclusiva promove a valorização da diversidade e o respeito às diferenças. A construção de uma escola acolhedora, sem critérios discriminatórios, contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva e plural, onde cada indivíduo é reconhecido em sua singularidade.

REFERÊNCIAS

AIMI, D. R. da S. **Políticas públicas para educação especial em Rondônia**. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia (MAPSI), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2012.

BEZERRA, G. F. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto) crítica propositiva. **Roteiro**, v. 46, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL; MEC. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Inclusão: **revista da educação especial**, v. 4, n. 1, p. 7-17, 2008.

CAMARGO, J. S. **Políticas públicas educacionais inclusivas e cuidadores/acompanhantes especializados: o dito e o não dito**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

CHIARA, I. G. D., et al. Normas de documentação aplicadas à área de Saúde. Rio de Janeiro: **E-papers**, 2008.

COMERLATTO, Luciani Paz. **A gestão da educação no contexto da sociedade capitalista: a parceria pública privada**. Porto Alegre, 2013.

CORREA, M. F. B.; BARBOSA, L. D. M.; OLIVEIRA, A. A. S. A Política Nacional e a Política do Estado de Rondônia para Educação Especial: alguns apontamentos. InFor, Inov. Form., **Rev. NEaD-Unesp**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 45-69, set. 2020.

GIL, A. C., et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GLAT, R., et al. **Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil. Relatório de consultoria técnica**, Banco Mundial, 2003.

GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). Políticas e práticas de Educação Inclusiva. ed 4. **rev. Campinas - SP**: Autores Associados, p. 21-48, 2013.

IFRO registra aumento de tecnologias assistivas. **Portal do IFRO**, Porto Velho, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/9444-ifro-registra-aumento-de-tecnologias-assistivas-para-atendimento-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em 06 de março de 2024.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Censo Escolar da Educação Básica 2019**, 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2020**, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - IFRO. **Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE**. Porto Velho, 2016.

KASSAR, M. C. M., et al. **Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira**. São Paulo, 2019.

MACKAY, D. The United Nations Convention on the rights of persons with disabilities. **Syracuse J. Int'l L. & Com.**, v. 34, p. 323, 2006.

MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. **Revista de Educação**, v. 1, n. 2, p. 15-20, 2003.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: **Moderna**, 2003.

MANZINI, E. J.; OLIVEIRA, J. P.; GERMANO, G. D. (Org.). Política de e para Educação Especial. Marília: **ABPEE**, p.11-29, 2018.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2001.

MUNIZ, E. P.; ARRUDA, E. E. Políticas públicas educacionais e organismos internacionais: influência na trajetória da Educação especial brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.28, p.258 –277, dez., 2007.

NASCIMENTO, A. P. **Dialogando com as salas de aula comuns e o atendimento educacional especializado: possibilidades, movimentos e tensões**. 2013. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

NASCIMENTO, R. P. do. Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **PDE/UDEL**, Londrina, 2009.

OLIVEIRA, A. A. S.; FONSECA, K. A.; REIS, M. R. (Org.). Formação de professores e práticas educacionais inclusivas, Curitiba - PR. **CRV**, p. 13-28, 2018.

PAINEL de indicadores. **Portal do IFRO**, Porto Velho, 23 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://painel.ifro.edu.br/pentaho/plugin/painel/api/aenapne>. Acesso em 05 de março de 2024.

PAULA, Cristiano Corrêa de. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: as ações desenvolvidas no estado de Rondônia**. 2007.

PEREIRA, A. A., et al. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. **Revista Contemporânea**, v. 2, n. 4, p. 291-313, 2022.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em revista**, p. 143-156, 2009.

PRÓ-Reitorias. **Portal do IFRO**, Porto Velho, 1º de abril de 2016. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/pro-reitorias>. Acesso em 06 de março de 2024.

RODRIGUES, D. **Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, p. 299-318, 2006.

RONDÔNIA. Lei nº 3.565, de 3 de junho de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2014 - 2024**, 2015.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, W. M.; PACCINI, J. V. Percepção de profissionais da educação: inclusão escolar e capacitação profissional em análise. In: Seminário de Educação Especial, 3; Seminário capixaba de Educação Inclusiva, 14, 2014, Vitória. **Anais Vitória: UFES**, p. 1-8. 2014.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**, Brasília, ano 1, n. 1, out. 2005.

SILVA, S. C.; ARANHA, M. S. F. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 3, p. 373-394, 2005.

SOUTO, M. T. de. **Educação inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade**. João Pessoa, 2014.

TORRES, R. M. Educação para Todos. Porto Alegre: **Artmed Editora**, 2001.

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 2009.

ZAN, Geni Maria Anschau. **Inclusão escolar: a experiência de alunos com deficiência em classes regulares de ensino**. 2015.